



Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Thole, Werner

Desigualdades sociais, modernização da sociedade e "trabalho social" Considerações acerca do
projeto do serviço social na "era da globalização"

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 6, núm. 1, janeiro- junho, 2006, pp. 59-78

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Available in: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74260104>

- How to cite
- Complete issue
- More information about this article
- Journal's homepage in redalyc.org

redalyc.org

Scientific Information System

Network of Scientific Journals from Latin America, the Caribbean, Spain and Portugal

Non-profit academic project, developed under the open access initiative

Desigualdades sociais, modernização da sociedade e “trabalho social”

Considerações acerca do projeto do serviço social
na “era da globalização”

*Werner Thole**

O clima sociocultural nos países do hemisfério norte – sobretudo na República Federal da Alemanha – vem se tornando mais impetuoso e frio. Mais ainda: em muitos lugares, a arquitetura social está sendo colocada à disposição. Pergunta-se se os países burgueses capitalistas do hemisfério norte estão perdendo sua “fisionomia social”. Será que eles se afastam de uma ordem estatal comprometida com o bem-estar social, aproximando-se de uma ordem exclusivamente presa às racionalidades do mercado capitalista? Nossa contribuição abordará estas questões em três passos. Primeiro, serão apresentados, de modo pontual, alguns diagnósticos referentes à atual situação social na Alemanha, confrontando-os com dados selecionados sobre a sociedade brasileira, no intuito de facilitar sua explicação. Num segundo passo, defendemos a tese de que as transformações profundas nos países industrializados

* Doutor em Pedagogia Social e professor na Universidade de Kassel. Áreas de pesquisa: questões da profissão e da disciplina da Pedagogia Social, teoria e prática da assistência a crianças e jovens. Editor, entre outros, do livro *Grundriss Soziale Arbeit*. E-mail: wthole@uni-kassel.de. Tradução do alemão: Hans-Georg Flickinger.

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 6	n. 1	jan.-jun. 2006	p. 59-78
----------------	--------------	------	------	----------------	----------

ocidentais são estruturalmente pouco diferentes em comparação com os processos de transformação que ocorrem nos “países emergentes”. E, finalmente, será tratado o significado dessas transformações sociais para o trabalho social.

Fenomenologia da desigualdade social: estruturas da distribuição de riqueza e riscos

Estamos vivendo numa época difícil. Seja a economia, a política, a cultura ou o social, mal dá para falar de uma só área da sociedade que escape de transformações, ou seja, que documente continuidade e transmita certezas antigas. Essa observação vale tanto para as nações industrializadas clássicas, “tradicionais” da Europa e da América do Norte, quanto para as “novas” regiões emergentes no Sudeste da Ásia e na China, para as regiões da África e da América do Sul. Em todas as partes, as análises e discussões vêm-se dominadas, ainda que em graus e com contornos diferentes, por um velho problema bem conhecido. Ora, a sociedade global não consegue providenciar, através do trabalho, oportunidades de subsistência individual, em proporções suficientes e de qualidade humana.

Entre 1970 e o início do século XXI, segundo um estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (Ocde), mais que triplicou o número de pessoas desempregadas nas nações industrializadas do Ocidente, isto é, passou de 10,3 para 35 milhões de desempregados. Para a República Federal da Alemanha, a estatística revela um desenvolvimento ainda muito mais dramático. Pois a cota de desemprego subiu de 0,8%, em 1970, para cerca de 10% hoje, aumentando, portanto, mais do que dez vezes. Difícilmente uma tal tendência pode ser explicada pelas oscilações conjunturais. Pelo contrário, ela remete a transformações estruturais profundas e complexas, e a novas falhas sociais daí decorrentes. A idéia de um período incessante de milagre econômico, sonhada durante muitos anos, sobretudo nas partes ocidentais da Alemanha e também em quase todas as nações industrializadas, que vinculava as consciências individuais umas às outras como que a uma rede invisível, revela agora, com clareza cada vez maior, porém, seu caráter meramente ideológico. A responsabilidade essencial por este processo cai sobre um impulso econômico de racionalização que, sustentado politicamente, se impõe com uma dinâmica crescente. Somente nos primeiros cinco anos

da década passada, as empresas da indústria alemã reduziram o volume de seu pessoal em mais de 1,2 milhões de postos de trabalho – e parece que os potenciais de racionalização ainda nem de longe foram esgotados. Em comparação com os níveis de produtividade dos EUA, por exemplo, a empresa de telecomunicação Telekom, outrora estatal, teria que reduzir seu pessoal em 92.000 empregos para chegar a cerca de 150.000 empregados. A maioria das empresas do sistema financeiro e dos seguros deveria cortar seu pessoal pela metade; e a indústria de aviação e transporte aéreo teria de reduzi-lo em torno de 30% a 60% (Galuske, 2002). A dinâmica do desenvolvimento parece confirmar os prognósticos do fim dos anos setenta, ou seja, a tese do fim, do “declínio da sociedade de trabalho” (Dahrendorf, 1983).

No entanto, a “época da eliminação do trabalho” (Gorz, 1980) revela estruturas mais ambíguas do que aquelas sugeridas por um olhar fortuito. Pois no meio dos anos 90, na Alemanha havia 2,5 milhões de pessoas a mais com emprego remunerado do que em 1960. Somente entre 1975 e 1991, por exemplo, a cota de emprego de mulheres subiu em aproximadamente 10%, nos antigos estados alemães ocidentais, atingindo na Alemanha unificada uma cota de 60% – devido, também, à cota tradicionalmente mais alta na antiga Alemanha Oriental. Se tomarmos 1970 como ano base do desenvolvimento do PIB, este cresceu até o início do novo milênio em 87%, e a produtividade por pessoa empregada em 123%. E mais ainda: quando em 1960 um trabalhador remunerado na Alemanha produzia por hora de trabalho apenas um valor de 9 euros, o resultado produtivo chegou em 1995 a 30 Euro por hora de trabalho (Galuske, 2002). Uma cota comparativamente elevada do trabalho produtivo já se encontra também em regiões industrializadas do Brasil, onde ela chega, entrementes, a mais do que 80% da população economicamente ativa. Desenvolvimentos análogos, vistos como sucesso na perspectiva nacional, podem ser observados também em muitos países asiáticos. A tese do fim da sociedade do trabalho é portanto enganadora; ela encobre a história do capitalismo modernizado nos países do hemisfério norte enquanto resultado de um aumento gigantesco da efetividade do trabalho assalariado; um aumento que se nos apresenta como crescimento enorme da cota de exploração da mercadoria “força de trabalho”, como flexibilização das relações de trabalho através de racionalizações tecnológicas, e como implementação de concepções novas da gestão organizacional e de pessoal. Na maioria dos países e das regiões, não é nem possível dar para todos os membros da sociedade, que

se encontram na idade economicamente ativa, a oportunidade de trabalhar, nem é correto o diagnóstico que fala do fim do trabalho remunerado. No entanto, nem nas nações antigas, nem nos “novos” centros industrializados, os dirigentes das centrais da economia estão mostrando interesse explícito em substituir o objetivo da acumulação do capital por aquele do emprego pleno. Se o cenário de sociedades socialmente cada vez mais dissociadas e escabrosas, e sem qualquer expectativa quanto ao crescimento da cota de trabalho remunerado, esboçado por Wolfgang Bonss (2000), deve permanecer apenas um cenário utópico, não bastarão apenas apelos à criatividade e razão dos dirigentes da indústria e dos mágicos dos serviços financeiros, mas exigir-se-ão transformações e reformas globalmente ancoradas nas políticas ocupacional, financeira e fiscal.

Também o crescimento das desigualdades sociais, ocorrido ao longo dos últimos quinze anos nos países industrializados, e sobretudo de novo também na Alemanha, que fala a favor de tais transformações. Ao lado de um mercado de trabalho inseguro e flexibilizado, mostra-se a consolidação, em alto nível, do abismo entre rico e pobre. Tomando-se como base para a linha de pobreza a disponibilidade de 50% dos recursos médios da economia doméstica e levando-se em consideração o poder aquisitivo, a estatística qualifica, para a República Federal da Alemanha, 10% da população em estado de pobreza.

Certamente, existem também expressivas diferenças regionais, tais como, por exemplo, entre os estados ocidentais e orientais, ou uma pobreza percentualmente maior de pais solteiros e, sobretudo, de mães solteiras, de crianças e pessoas idosas. Suponho que a cota tanto absoluta quanto relativa da pobreza no Brasil seja muito pior. No entanto, percebe-se aí já uma inversão da tendência, embora ainda tímida: os mais de 30% da população que são pobres no debate político passam a ser percebidos como risco para a unidade social, o que faz com que sejam lançados programas de combate à fome, embora em nível modesto.

Na República Federal da Alemanha, as desigualdades causadas pelo acesso diferenciado aos recursos materiais estabilizaram-se em nível relativamente alto. Os 10% da população mais ricos em rendimentos dispõem de aproximadamente um quarto dos rendimentos mensais disponíveis em geral, e de mais do que 42% da fortuna privada no seu todo. Em contrapartida, os 20% na base da pirâmide dos rendimentos dispõem de apenas 8% dos rendi-

mentos totais, e apenas de pouco mais do que 1% das fortunas privadas (Dahn, 2002; Krause e Habich, 2003). Distribuição comparável encontra-se também no Brasil (ver quadro 1). Porém, diferentemente do Brasil, onde os benefícios de compensação concedidos pelo poder público mediante programas de apoio à família e à saúde vêm aumentando sensivelmente durante os últimos anos, na República Federal da Alemanha percebe-se um crescimento da disparidade social devido à remodelagem profunda dos pacotes de benefícios sociais e dos benefícios estatais de transferência de renda. O abismo entre “rico” e “pobre” está crescendo visivelmente. Ao mesmo tempo, a cota dos recursos empregados em termos político-econômicos na seguridade social, aumentaram apenas em 0,8%, apesar de algumas oscilações e da integração dos estados orientais, atingindo agora 33,5%. Mais graves ainda são as modificações no financiamento dos gastos sociais. De 1980 até 1998, a parcela de financiamento assumida pelas empresas reduziu-se para 27%, ao passo que a contribuição das economias domésticas para as despesas sociais cresceu ao mesmo tempo de 6% para 31% (Thole e Closs, 2005).

Quadro 1
Desigualdade social comparada – distribuição dos recursos materiais

	Alemanha	Brasil
♦ PIB per capita anual em 2002	♦ 30.864 euros	♦ 3.200 euros
♦ Distribuição da riqueza	♦ Os 5% mais ricos dispõem sobre 36%, os 20% na base da pirâmide dispõem sobre apenas 8,3% da renda total. ♦ Os 20% da população “em cima” dispõem sobre 67,5%, os 5% da base menos de 1% do patrimônio privado.	♦ Os 20% da população “em cima” dispõem sobre 80% da renda, os 50% mais pobres dispõem sobre apenas 10% da renda. ♦ 2/3 das propriedades rurais têm até 20ha, correspondentes a 6% da terra cultivável; 10% das propriedades, com 500ha ou mais, ocupam 80% da área cultivável.
♦ Renda per capita média anual	♦ 18.800 euros	♦ 4.900 euros
♦ Coeficiente de Gini ¹	♦ 0,29	♦ 0,60

¹ O Índice de Gini, como medida de desigualdade, é um índice sintético, que documenta a desigualdade do conjunto da distribuição da renda. Ele varia de 0 a 1 e é tanto maior, quanto mais desigual for a distribuição dos recursos.

	Alemanha	Brasil
♦ Pobreza	♦ 9,1% da população dispõem sobre menos de 50% da renda média <i>per capita</i> .	♦ Oficialmente a cota é 12%, mas 34% da população dispõem sobre menos de 50% da renda média <i>per capita</i> . ♦ 46% da população dispõem sobre menos de 2,50 euros por dia. ♦ Aprox. 24 milhões de pessoas não conseguem suprir a necessidade diária de calorias.
♦ Pobreza infantil	♦ 14,2% ♦ Estimativas falam de 2.500 a 4.500 crianças em situação de rua.	♦ 35-40% – “crianças na rua”: crianças que trabalham ali. – “crianças de rua”: têm a rua como lar.
♦ Desemprego	♦ 11,5%	♦ Oficialmente 13%
♦ Seguridade social em caso de desemprego	♦ Não existe legislação sobre salário mínimo ♦ Auxílio desemprego 1: aprox. 60% da última renda, dependendo do período de trabalho e da situação familiar. ♦ Auxílio desemprego 2: ² pessoas sozinhas aprox. 340 euros; família sem filhos 640 euros; família com 2 filhos 1.000 euros. ♦ Ajuda social análoga ao auxílio desemprego 2.	♦ Salário mínimo de aprox. 100 euros. ♦ Bolsa-escola, vale-refeição e vale-gás, desde 2004 reunidos no Bolsa Família – aprox. 20 euros por mês para 5 milhões de famílias. – obrigação de manter filhos na escola. – tempo mínimo de residência na região. – teto para a renda de pouco mais de meio Salário Mínimo por membro da família. ♦ Participação em cursos de alfabetização. ♦ Auxílio desemprego recebe por até 5 meses quem trabalhou no mínimo 6 meses; base de cálculo é a renda dos últimos 3 meses.

² Reforma em fase de implementação que deve ter aplicação plena a partir de 2008.

Resumindo este breve esboço quanto ao desenvolvimento atual, podemos constatar três tendências gerais. Tanto o mercado do trabalho remunerado, quanto os arranjos do estado do bem-estar social vêem-se expostos, na maioria das modernas nações ocidentais, a intensivos processos:

- ◆ Primeiro, de desregulamentação e desestabilização, isto é, do enfraquecimento e da flexibilização das relações de trabalho e dos sistemas de seguridade social e do bem-estar;
- ◆ Segundo, da privatização, isto é, da transferência dos serviços antes dirigidos e administrados pelo poder público, e das proteções do bem-estar, para o assim denominado “mercado livre” e para redes de seguridade social a serem individualmente organizadas;
- ◆ Terceiro, da economicização, isto é, da implementação de máximas orientadas à eficácia.

Por trás das fachadas das novas políticas social, financeira e de saúde no Brasil também já se enxergam, em seus primeiros contornos, as tendências da desregulamentação liberal, da privatização e racionalidade econômica para formulá-lo de modo cauteloso. Além disso, frente às modificações transnacionais, vêm diminuindo as chances de realizar programas políticos alternativos. Desde janeiro de 1995 vigora o *General Agreement on Trade in Services* (Gats), para todos os setores do sistema social, educacional e de saúde. Seu objetivo é a contínua liberalização global do comércio de serviços. Hospitais, postos de saúde, ambulatorios, jardins de infância, escolas, instituições de trabalho social, universidades e centros de educação popular podem ser – e entrementes já estão sendo – oferecidos por empresas privadas e contam também com subsídios estatais, provindos de impostos; pois sua não equiparação aos serviços públicos pode ser punida sob o pretexto de prejuízo da concorrência. Atualmente, negocia-se junto à *World Trade Organization* (WTO) a liberalização das demais instituições de serviços educacionais. Nos países onde jardins de infância, escolas, universidades e serviços sociais não estão sendo concebidos exclusivamente como tarefas estatais, mas também oferecidos por mantenedoras privadas ou comerciais, as regras da Gats já entraram em vigor. Ainda que alguns países membros da WTO apontem atualmente para o fato de que no seu território os serviços são realizados pelo poder público, há forte pressão para sua liberalização. Nos diferentes países, o marco da desigualdade social se modificará e aguçará exatamente devido à

implementação das regras da Gats. Ora, devido às possibilidades de recorrer ao capital cultural e social, a importância da produção e reprodução das diferenciações e exclusões sociais crescerá – ou mais preciso: as desigualdades sociais não se constituirão mais única e exclusivamente devido aos recursos ao capital econômico, mas também devido, por exemplo, à pertinência a um determinado gênero, à agregação étnica ou à estética individual. Pois as possibilidades de recorrer ao capital cultural e social, isto é, o acesso à educação, a redes sociais, condições do ambiente social e a disponibilidade das formas de comunicação e interação tornar-se-ão igualmente importantes para a definição do lugar a ser ocupado na sociedade.

Quadro 2

Desigualdade social comparada –
disposição sobre recursos culturais e sociais (1)

	Alemanha	Brasil
♦ Educação formal pré-escolar	♦ Aprox. 9% das crianças freqüenta atividades de formação entre o 18º e 36º mês de vida. ♦ Aprox. 90% das crianças freqüentam o jardim de infância entre o 3º e o 7º ano de vida.	♦ Aprox. 36% entre 0 e 6 anos freqüentam um jardim de infância. ♦ 68% das crianças entre 3 e 6 anos freqüentam um jardim de infância ou a pré-escola.
FORMAÇÃO E ESCOLA ♦ Obrigatoriedade da freqüência escolar ♦ Ensino fundamental ♦ Taxa de inclusão na educação primária ♦ Período da escolarização obrigatória ♦ Taxa de inclusão no ensino médio ♦ Ensino médio	♦ Obrigatória do 6º/7º ao 18º ano de vida. ♦ 1-4ª série, gratuito e obrigatório. ♦ Aprox. 100%. ♦ Gratuito e obrigatório até a 10ª série. ♦ Aprox. 100%. ♦ Gratuito até a 12ª/13ª série.	♦ Obrigatória do 6º ao 15º ano de vida. ♦ 1-4ª série, gratuito e obrigatório ♦ 91%. ♦ Parcialmente gratuito e obrigatório até a 8ª série. ♦ 45%. ♦ Até a 11ª série.
♦ Jovens na universidade	♦ Aprox. 23%	♦ 10,9%
♦ Taxa de natalidade	♦ 1,3	♦ 2,39
♦ Mortalidade infantil (por 1.000)	♦ 4,4	♦ 33

Nem no hemisfério norte, nem no sul, a modernização da sociedade permite identificar movimentos políticos e centros de poder capazes de amenizar o agravamento de estruturas da desigualdade social. Ainda que em sociedades influenciadas pelo Iluminismo se problematizem as desigualdades causadas pelo gênero e a etnia, tematizando-se programas iniciados por movimentos sociais, existem poucos indícios quanto à superação das desigualdades no médio prazo. Quando se indicam, mesmo assim, correções tímidas das disparidades sociais, em países concretos, surge a questão de qual região, etnia, nação ou continente teria de “pagar o preço” para isso, e carregar o peso estrutural das chances e liberdades recém conquistadas.

Quadro 3

Desigualdade social comparada –
disposição sobre recursos culturais e sociais (2)

	Alemanha	Brasil
ATENDIMENTO À SAÚDE ♦ Organização e prestadores ♦ Gastos do agente financiador regulado pelo estado com saúde por habitante por ano. ♦ Participação dos gastos com saúde no PIB.	♦ Sistema de atendimento à saúde ambulatorial e estacionário universal ♦ Consultórios médicos e clínicas. ♦ Sistema de seguro e de atenção à saúde regulado pelo estado assim como regramento do auxílio doença ♦ Privatização parcial. ♦ 1.800 euros ♦ 6,2%	♦ Systema municipal unificado de atendimento à saúde com cobertura universal básica. ♦ Centros de saúde, clínicas e consultórios. ♦ Sistema financiado pelo estado. ♦ Privatização parcial. ♦ 100 euros ♦ 3,2%
♦ Seguridade na velhice	♦ Aposentadoria e pensão regulada pelo estado, além de previdência privada	♦ Aposentadoria regulada pelo estado, além de previdência privada

	Alemanha	Brasil
♦ “Gendering”	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Participação das mulheres no mercado de trabalho subiu 15% desde 1970 e, graças aos novos estados (unificação), está em 60%; mas freqüentemente mulheres com a mesma qualificação recebem menos. ♦ 197 mulheres ocupam cadeiras no Bundestag (parlamento nacional), com 601 assentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Participação das mulheres no mercado de trabalho cresce anualmente 5%; aprox. 30 milhões de mulheres são economicamente ativas; mas com qualificação equivalente, mulheres recebem 20% a menos que os homens ♦ 35 mulheres ocupam cadeiras no Congresso Nacional, que tem 513 assentos.
♦ Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Reservas com a integração de “etnias” não européias e agressões isoladas contra migrantes. ♦ Regulação dos movimentos migratórios através de leis federais. ♦ “Inclusão/exclusão estética”: “ser moreno” está na moda; “visual branco” é “out”. 	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Ataques a indígenas, que são 0,3% da população ainda ocorrem. ♦ A idéia de conceder soberania e autonomia aos indígenas segue suspeita para muitos; a identidade dos indígenas segue ameaçada. ♦ Taxa de analfabetismo dos “negros” é de 33,7% e dos “brancos” 7%. ♦ “Inclusão/exclusão estética”: “visual branco” está na moda; é “ser moreno/negro” é “out”
♦ Diferenças regionais e sociais	♦ Diferença marcante entre Leste e Oeste e, em parte, também regionalmente.	♦ Disparidade Norte-Sul e diferenças regionais.

Nas indústrias de aço estadunidense, asiática e européia, os atuais postos novos de trabalho devem-se, por exemplo, essencialmente tanto aos confrontos de guerra no Oriente Próximo, quanto à chamada luta contra o terrorismo global, ao assassinato de 250.000 Hutu pelas Forças Armadas do Burundi, dominadas pelos Tutsi, em 1972, e à morte violenta, dentro de dez dias, de 100.000 Tutsi por milícias Hutu, em 1993 (Vignaux, 2004), ou a conflitos, nem sempre motivados pela religião, na Europa do sudeste e no

território árabe. Embora as desigualdades sociais continuem a apresentar-se com a face nacional e regionalmente cunhada, reproduzindo-se em espaços sociais nacionais, com suas formas de sociabilidade especificamente constituídas, suas molduras vêm perdendo, passo a passo, seu colorido regional, nacional e continental.

À revelia dos atores sociais, as estruturas nacionais de desigualdade foram inseridas nas redes da política globalizada. No fundo somos confrontados, por conseguinte, com uma estrutura de desigualdade dupla e em si ambivalente. De um lado as desigualdades sociais perpassam as estruturas internas dos estados nacionais como cicatrizes. Para além disso e potencializando as situações nacionais de desigualdade, sedimentam-se as velhas estruturas internacionais de desigualdade com a consequência fatal que novas estruturas sociais de exclusão se formam justamente nos estados nacionais do “quarto” mundo (Castells, 2003).

“Diferente e, mesmo assim, igual” – considerações sobre os traços globalizados de desigualdades sociais no século XXI

“Àquele que tem, mais lhe será dado” – não obstante os enaltecimentos políticos em favor do princípio da igualdade de oportunidades, a observação sensata e sem uma postura habitualmente crítica frente ao capitalismo mostra que a reprodução real de desigualdades e, com isso, o núcleo da afirmação do Evangelho de Mateus, continua sendo um princípio básico da constituição social da maioria dos países, em todos os continentes. Pelo menos para a República Federal da Alemanha, esta afirmação simples vale sem restrições. A evolução e o feitiço das cotas de acesso aos sistemas educacionais confirmam isso de modo tão enfático quanto as matrizes de distribuição da riqueza social e as formas de exclusão do trabalho remunerado que serve à subsistência.

As transformações que as nações altamente desenvolvidas hoje estão efetuando não destroem apenas os fundamentos do estado do bem-estar social, desenvolvidos nas civilizações industriais ao longo de décadas (Bourdieu, 1997). Por trás das fachadas da veiculação de dados econômicos e sociais escondem-se processos essenciais e profundos de mudança da sociedade. Estamos vivendo uma modernização que vem confrontando a sociedade clás-

sica do trabalho remunerado, juntamente a sua concentração na produção de mercadorias, com matrizes de gestão baseadas no conhecimento. Tecnologias novas de informática substituem ou complementam formas de administração do capital e das finanças até então dominantes. A matriz simples e até agora predominante de sociabilidade, a saber, a produção de riquezas, vê-se minada por uma nova forma reflexiva de sociabilidade da produção de riscos, de desigualdades e incertezas novas, independentes de classes e condições sociais de vida.

Os processos de transformação social induzem as interpretações teóricas a abandonar concepções monocausais e unidimensionais. Modelos de interpretação da realidade social que tentam compreender as mudanças mediante o recurso a concepções hierárquicas baseadas na matriz de camadas ou classes, supondo, implicitamente, estigmatizações e/ou pressupostos gerais de desvio social, cada vez mais se distanciam desta realidade. A multiplicidade e diversidade dos estilos e configurações de vida ou de ambientes e orientações sociais hoje perceptíveis, por exemplo, não podem mais ser enquadrados numa teoria de classes.

Mesmo que predomine uma incerteza quanto à forma e à abordagem concreta das modificações sócio-estruturais, dificilmente se contesta hoje a multiplicação e despadronização sócio-estrutural dos ambientes sociais e a descaracterização das situações sociais de classe (Vester et al., 1993). Pelo menos no que diz respeito à República Federal da Alemanha e à maioria dos países industrializados pode-se observar que “as diferenças econômicas de classe [...] não representam mais as únicas diferenças sociais, determinadoras do funcionamento da sociedade, do surgimento de agentes históricos ou da capacidade imaginária da cultura cotidiana. Muito pelo contrário, a realidade cotidiana do agir marcada por uma complexa 'mescla' entre modos da expressão de desigualdades, especificamente vinculadas à classe, ao ambiente e a um seu ser atomizado” (Berger e Vester, 1998, p. 14; cf. Bourdieu, 1997; Kreckel, 1998).³

³ Possíveis contestações podem ser revidadas com Bourdieu (1985, p. 31s.): “A inadequação da teoria marxista de classes e sua incapacidade de fazer jus às diferenças objetivamente constatáveis em sua integralidade deve-se ao fato de que ela reduz o mundo social à esfera econômica e tão só consegue definir a posição social através do recurso à posição dentro das relações econômicas de produção. (...) De fato, o espaço social é pluridimensional, um complexo aberto de campos relativamente autônomos [...]”.

Cada vez mais pessoas vêm-se expulsas dos modos de vida industriais, “semelhante ao que ocorreu no início da época da industrialização [...]”, quando elas foram libertadas “das características feudais e de seus modos de vida e sociabilidade” (Beck, 1993, p. 149). Segundo a tese aqui defendida, os países do hemisfério sul, menos desenvolvidos em termos industriais e parcialmente dominados por estruturas agrárias, estão experimentando no seu cerne, embora com acentos diferentes, um desenvolvimento semelhante. Certamente, esta observação não vale para a maioria dos países da África ou para todos os países da Ásia. Decerto, isto vale para os países com afinidade explícita, ainda que abalada, com a sociedade industrializada. Pois ali a modernização se expressa apenas como desenvolvimento pela metade; desenvolvimento este que possibilita a participação nas conquistas produtivas da sociedade global para uma parte mais ou menos grande da população, sem oferecer à “outra” parte também chances correspondentes. Mesmo revelando-se aí a transformação social como transformação anacrônica, estes países, tal como por exemplo o Brasil, não escapam dos processos de transformação estrutural. As transformações e os problemas daí provindos diferem nos países “emergentes” daqueles dos países clássicos do norte industrializado; todavia, em termos formais, eles têm caráter de fato “semelhante”.

As fundamentais transformações sociais aqui indicadas não se efetuam como processo linear e planejado, mas, ao contrário, como consequência secundária das operações cotidianas da sociabilidade industrial-capitalista. As formas e regras de relacionamento social dinamizam-se passo a passo, tirando os sujeitos das orientações e tradições coletivas, antes estandardizadas – a dissolução das redes de vizinhança, na Alemanha, e as novas formas da migração, no Brasil, apontam para isso. Suportes conhecidos e familiares da condução de vida desaparecem, levando as pessoas à construção de uma biografia de opções múltiplas. Provoca-se a busca por novas formas interpessoais de como viver, morar e de relacionar-se, modelos e estilos de vida novos, não mais inseridos nas premissas tradicionais, que se servem de modo flexível das ofertas dum mercado das oportunidades momentaneamente acessível.

Num primeiro plano, as pessoas tanto nos países industrializados do Ocidente, quanto nos assim denominados países emergentes experimentam essas transformações como aumento da liberdade. A liberdade conquistada, porém, é enganadora e arriscada. As pessoas não conquistam apenas novas

chances de decisão, mas se vêem expostas também à necessidade de decidir. Daí se segue: quem decide, corre o risco de errar. Mais ainda: a perda de premissas fixas e inserções sociais está acoplada também a perda de estabilidade do ambiente e da inclusão sociais. A vida torna-se mais insegura e menos planejável no longo prazo.

A liberação dos modelos de biografia fixados na classe ou na família desemboca em carreiras e condições de vida consumistas, cunhadas pelo capitalismo fordista e, com isso, na institucionalização de matrizes de biografia. Crianças, adolescentes e adultos não se tornam apenas os construtores de suas “biografias escolhidas”, mas, forçadamente, os artesãos de novos modos do relacionamento social, por eles configurados, nos quais eles têm de se expor; eles se tornam artesãos de coletividades e construções de identidade socioculturais, no contexto de uma rede nova de institucionalização articulada, por enquanto, lentamente, mas com muito ímpeto. A construção do social e o “manuscrito de nossa política de condução da vida orientam-se pela pragmática do passeio às compras” (Baumann, 2000, p. 90). Questões pelo continuum da identidade recebem aparência nova, e a pergunta pela intimidade do social recebe uma dinâmica “virgem”.

A individualização aqui apontada significa mais do que particularização, pois é acompanhada de novas institucionalizações desindividualizadoras – no seu cerne, trata-se de uma individualização experimentada de modo coletivo. Como efeito deste entrosamento novo entre indivíduo e sociedade, a biografia normal desenvolve-se cada vez mais em direção a uma biografia de escolhas, artesanal, que tem de ser produzida ativamente, levando, assim, ao perigo de tornar-se uma biografia esfacelada, porque não se pode mais recorrer tacitamente às seguranças tradicionais da sociedade industrializada: família, classe e redes sociais preexistentes.

Nas avançadas regiões industrializadas, as condições modificadas de valorização e socialização do trabalho remetem, estrutural e provavelmente no longo prazo, um quinto até um terço dos membros da sociedade ao status marginalizado de “excedentes” (Anhorn, Bettinger, 2005); e em países da América do Sul e Central, assim como da Ásia, uma parte semelhante da população vê seu acesso ao status de “incluídos” vetado permanentemente. Estes desenvolvimentos não ocorrem de forma análoga, mas deixam transparecer uma gramática política semelhante. Em algumas regiões nacionais, os

meios socialmente disponíveis para integrar os “excluídos” são redimensionados e fixados num patamar mínimo, ao passo que em outras eles desaparecem ou sofrem, através de transformações sociopolíticas, uma redução a um nível que minimize o risco do esfacelamento da própria sociedade como um todo. As “mudanças seguem uma certa lógica geral. Trata-se de medidas políticas que visam à individualização dos benefícios sociais” (Castel, 2005, p. 101).

Ao aceitarmos este diagnóstico, somos confrontados, por conseguinte, com processos de transformação ousados, em si inseguros, com um marco pouco estável e de difícil condução estrutural. Orientações e seguranças até aqui disponíveis, tradicionalmente inseridas nos ambientes sociais, implodem e perdem importância e confiabilidade. Através da implementação de programas sociais novos, processos de exclusão daí necessariamente desencadeados vêm sendo suavizados por parte do estado a um patamar mínimo. Desta maneira, porém, estabelecem-se também instrumentos antes desconhecidos de disciplinar; eles substituem a construção de consenso e de grupos, integradores de valores e formadores de identidade. No Brasil, a vinculação dos programas de saúde e de subsistência básica a “exigências” respectivas certamente disso dá prova.

Serviço Social e “globalização”

O Serviço Social e os sistemas de seguridade do bem-estar são produto das sociedades modernas. Eles não existiriam, na sua forma hodierna, sem a dinâmica social, sobretudo do último terço do século XX, e sem as modificações dos modelos de sociabilidade, das formas de institucionalização, dos currículos de vida e das matrizes de biografia, das redes socioespaciais, dos processos de concentração do capital, ou sem as exclusões do mundo do trabalho e as desintegrações daí resultantes. O projeto do Serviço Social enfrenta desafios novos, graças ao fato de as áreas tradicional-clássicas de problemas, às quais ele deve sua existência, terem saído de seu lugar, rearranjando-se. Por um lado, elas agravam-se no caso das clientela altamente sofridas e desintegradas; por outro, elas generalizam-se na medida em que grupos até então não pertencentes a “clientela” do Serviço Social, precisam e exigem atenção. O Serviço Social torna-se mais complexo porque consegue identificar seu campo de tarefas com menor precisão do que antes. Em outras pala-

bras: em consequência da transformação dos pilares sociais anteriormente válidos, o Serviço Social não pode mais, de modo algum, concentrar seu perfil profissional no trato concêntrico e exclusivo de problemas sociais.

A generalização dos casos problemáticos – certamente mais aguçada nos países industrializados do hemisfério norte do que do sul – instiga o Serviço Social a desenvolver-se tanto em direção a uma oferta de assistência, de apoio e de formação “normalizada”, como que “cotidianizada”, no sentido de sua presença comum no dia-a-dia e dirigida ao apoio do mundo da vida, visando também a iniciação de processos de formação. Hoje em dia, nos países modernos cada um pode tornar-se – não de fato, mas pelo menos em hipótese – o objeto e, com isso, um “caso” do Serviço Social; pois se seguirmos as considerações aqui expostas, também aqueles mundos estáveis de vida, até aí equipados de recursos materiais amplos, estão sinalizando distúrbios da integração social ou da reprodução cultural – manifestos, por exemplo, pela busca de orientações normativas – e da socialização (cf. Habermas, 1981, p. 212s.). Apesar do desenvolvimento do Serviço Social em direção a um segmento social de assistência e de formação normalizado, no decurso da despachonização e do aumento de complexidade dos problemas sociais, ele continua sobremaneira vinculado a sua clientela “antiga”. Pois ao longo dos processos de transformação social, processos de segregação social não estão apenas se universalizando, mas potencializam-se também, fundamentando cisões novas da sociedade e agravando os contornos das situações “clássicas” de problemas e desigualdades (Rieger e Leisering, 2001; Münch, 2001).

A assim chamada normalização do Serviço Social, pelo menos tal como ela está sendo discutida na República Federal da Alemanha (Thiersch, 1992; Rauschenbach, 1999; Thole, 2002), implica, portanto, mais numa ampliação de perspectivas e nem tanto numa revisão de orientações até o momento vigentes. O Serviço Social está se desenvolvendo em direção a uma oferta social; uma oferta à qual em princípio todos podem e vão recorrer.

As considerações aqui feitas são explicitamente guiadas por observações comprometidas com a idéia do estado do bem-estar. No entanto, é duvidoso que isso corresponda às intenções éticas básicas da profissão social-pedagógica. O fato de que o exército alemão, por exemplo, assumiu no Iraque tarefas da área da saúde, através da instalação de ambulâncias de acesso geral, ou do Serviço Social, através da construção de redes de apoio dirigidas ao

ambiente social; ou que nas regiões da antiga Iugoslávia ele participa na fundação de jardins de infância, co-organiza atividades de férias para crianças e coloca à disposição assistência para crianças e mulheres traumatizadas pela guerra – tudo isso torna-nos pelo menos pensativos. O Serviço Social das nações industrializadas do Ocidente hesita em engajar-se, mesmo em projetos humanitários, nas regiões de guerra e miséria do mundo. Nos debates do território da língua alemã – e segundo o que se conhece, também anglosaxã – esta situação só entra marginalmente na pauta de discussões. Se, no entanto, quisermos chegar à conclusão de que a questão da justiça social e das condições humanas de vida digna não é e nem deveria permanecer uma questão apenas nacional, senão da sociedade global, então o Serviço Social ver-se-á desafiado a ultrapassar as diretrizes de sua teoria e pesquisa que o confinam ao âmbito nacional.

Podemos duvidar se concepções teóricas que julgam conhecer o mundo já antes de sua observação empírica possam permitir tal troca de perspectiva. Não queremos discutir isso aqui. Concepções de conhecimento multidimensionais e compreensivas, no entanto, conteriam o potencial objetivo para tamanha ampliação da reflexão. Pois modelos teóricos reflexivos sublinham o significado do “não-saber” frente ao conhecimento, favorecendo assim, conscientemente, um modelo de observação e análise da realidade social não decorado por uma sua onipotência. Embora ainda carregada de muitas perguntas e imponderabilidades, a fundamentação reflexiva do Serviço Social revela a competência tanto de observar os desenvolvimentos e as transformações das práticas sociopedagógicas nacionais e aquelas nas regiões de crise, quanto de implementar uma cultura de pesquisa capaz de corresponder aos respectivos desafios.

Fica em aberto quais as respostas que o Serviço Social na Alemanha encontrará frente às perguntas lançadas por último. Ora, provavelmente ele não ultrapassará o horizonte nacional, recorrendo possivelmente ao argumento de não poder engajar-se em situações que fiquem aquém das normas profissionais, nem estar disposto a colaborar com o pessoal militar. Mesmo assim, é impensável um Serviço Social que não se envolva também em termos políticos. Mais ainda: se a dinâmica diagnosticada da globalização não representar apenas uma *Fata Morgana*, talvez o Serviço Social desenvolverá, a curto ou médio prazo, perspectivas novas, com vistas à sociedade global, a fim de não perder sua importância também em termos nacionais.

Os países burgues-capitalistas do hemisfério norte perdem sua “face” social numa época, na qual muitos países no mundo ainda estão em busca do “social” de suas sociedades. Inclusões sociais, seja qual for a tendência de sua implementação nacional, e formas nacionais de exclusão condicionam-se mutuamente. No caso extremo, elas potencializam processos de inclusão através de seus posicionamentos transnacionais. E mais ainda, formas da exclusão em outras regiões do mundo.

Frente ao clima sociocultural cada vez mais frio na maioria das nações européias – mas não apenas nelas -, novos modos de reapropriação do político por parte dos profissionais do Serviço Social fazem-se mais urgentes do que nunca; modos distantes de um populismo nacionalista-esquerdista, de uma retórica de modernização de cunho democrata-cristão, conservador ou social-democrata. A profundidade analítica, à base da qual o Serviço Social consegue conceber, de modo empírico, as transformações sociais, elucidando-as, será o índice para perceber o peso atribuído à perícia social pedagógica, nos contextos profissionais e políticos, mas também naqueles dirigidos à educação. Se o Serviço Social não quiser minar o *habitus* profissional nele inserido, resta-lhe o papel de “palhaço no pescoço” dos “globalizadores da modernização” neoliberais. O papel da filosofia é ou poderia ser semelhante. Se ele estiver disposto a representar mais do que um simples verniz científico para auto-observações discursivas, ele será confrontado com a expectativa construir um perfil como filosofia de educação da práxis – empiricamente informada, que aperfeiçoe a idéia do Iluminismo e se oriente em direção à sociedade global.

Referências

- ANHOM, R.; BETTINGER, F. (orgs.). *Sozialer Ausschluss und Soziale Arbeit*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.
- BAUMAN, Z. *Flüchtige Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- BECK, U. Wissen oder Nicht-Wissen: zwei Perspektiven „reflexiver“ Modernisierung. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive Modernisierung: Eine Kontroverse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996, p. 289-314.
- BERGER, P. A.; VESTER, M. Alte Ungleichheiten – neue Spaltungen. In: ———. (orgs.). *Alte Ungleichheiten – neue Spaltungen*. Opladen: Leske+Budrich, 1998, p. 9-30.

- BOCK, K.; THOLE, W. Sozialstaat im Wandel – Soziale Arbeit zwischen paradoxer Individualisierung und „erschöpfter“ Utopie. In: ———. (orgs.). *Soziale Arbeit und Sozialpolitik im neuen Jahrtausend*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2004, p. 9-23.
- BONSS, W. Was wird aus der Erwerbsarbeit? In: BECK, U. (org.). *Die Zukunft von Arbeit und Demokratie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000, p. 327-414.
- BOURDIEU, P. *Sozialer Raum und „Klassen“*. Frankfurt am Main: 1985.
- et al. *Das Elend der Welt*. Konstanz: UTB, 1997.
- CASTEL, R. *Die Stärkung des Sozialen*. Hamburg: Verlag Hamburger, 2005.
- DAHRENDORF, R. *Die Chancen der Krise*. Stuttgart: DVA, 1983.
- GALUSKE, M. *Flexible Sozialpädagogik*. Weinheim: Juventa, 2002.
- GORZ, A. *Abschied vom Proletariat*. Frankfurt am Main: Athenaeum, 1980.
- HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- KRAUSE, P.; HABICH, R. *Einkommensverteilung und Armut*. Mannheim: 2003.
- KRECKEL, R. Klassentheorie am Ende der Klassengesellschaft. In: BERGER, Peter; A. NESTER, M. (orgs.). *Alte Ungleichheiten – neue Spaltungen*. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 1998, p. 31-49.
- KÜSTER, E. U.; WEHRHAIM, J. Die überwachte Stadt. *Sozial Extra*, v. 27, n. 8-9. p. 22-26, 2005.
- Le Monde diplomatique. Atlas der Globalisierung. Berlin: 2003.
- LEIBFRIED, S.; LEISERING, L. et al. *Zeit der Armut*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995.
- MÜNCH, R. *Offene Räume*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001.
- RAUSCHENBACH, Th. *Das sozialpädagogische Jahrhundert*. München: Juventa, 1999.
- RIEGER, E.; LEISERING, St. *Grundlagen der Globalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001.
- THIERSCH, H. Das sozialpädagogische Jahrhundert. In: RAUSCHENBACH, Th.; GÄGLER, H. (orgs.). *Soziale Arbeit und Erziehung in der Risikogesellschaft*. Neuwied: 1992, p. 9-25.
- THOLE, W. Soziale Arbeit als Profession und Disziplin. Das sozialpädagogische Projekt in Praxis, Theorie, Forschung und Ausbildung – Versuche zu einer Standortbestimmung. In: ———. (org.). *Grundriss Soziale Arbeit. Ein einführendes Handbuch*. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 2002, p. 11-59.

THOLE, W.; CLOOS, P. Soziale Ungleichheiten und das „Projekt“ Soziale Arbeit. In: THOLE, W. et al. (org.). *Soziale Arbeit im öffentlichen Raum*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2005, p. 37-55.

VESTER, M. et al. *Soziale Milieus im gesellschaftlichen Strukturwandel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.

VIGNAUX, B. Iteka bedeutet Würde. *Le Monde Diplomatique*, out. 2004, p. 5.

Recebido em 22 de novembro de 2005 e aprovado em 4 de fevereiro de 2006